



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

DISCIPLINAS ELETIVAS DE JORNALISMO ASSOCIADAS A PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Marcos Carvalho Macedo¹; marcoscarvalhom@outlook.com

RESUMO

O artigo discute o papel das disciplinas eletivas e optativas na organização curricular dos cursos de Jornalismo, destacando sua importância para a flexibilização da formação dos estudantes, tanto pela possibilidade de especialização quanto pela ampliação de conhecimentos em outros campos do saber. Apesar das Diretrizes Curriculares para os cursos de Jornalismo e os projetos pedagógicos de cursos (PPCs) destacarem o papel desses componentes para renovação curricular e interdisciplinaridade, limitações como o número reduzido de docentes e a prioridade dada às disciplinas obrigatórias restringem a oferta real de disciplinas eletivas e optativas. O trabalho analisa como isso acontece no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) averiguando, por meio de um estudo de caso, como práticas associadas a projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes podem contribuir para renovação curricular e a diversificação da formação.

PALAVRAS-CHAVE

Currículo. Jornalismo. Disciplinas eletivas. Pesquisa. Extensão.

1. INTRODUÇÃO

Os componentes eletivos e optativos constituem-se elementos estruturantes da organização curricular dos cursos de graduação no Brasil, superando a prática do currículo mínimo e possibilitando, com o amparo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a personalização da trajetória formativa dos

¹Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor substituto do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e jornalista na Empresa Paraibana de Comunicação.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



estudantes do ensino superior. Eles oferecerem a oportunidade de, considerando objetivos profissionais e áreas de interesse específicas, trilhar diferentes percursos de aprofundamento de conhecimentos e temáticas.

Ao lado dos componentes obrigatórios, que buscam fornecer a fundamentação necessária para o desenvolvimento intelectual e profissional na respectiva área, as disciplinas eletivas e optativas visam ampliar os horizontes em outros campos do saber, promovendo a interdisciplinaridade e a inovação curricular, e estimulando a compreensão da graduação como primeira etapa de um processo de formação continuada a ser percorrido ao longo da vida.

As Diretrizes Curriculares para os Curso de Graduação em Jornalismo (BRASIL, 2013) asseguram que cada instituição de educação superior (IES) tem liberdade para compor a carga horária a ser cumprida para a integralização do currículo, a ser organizado em seis eixos: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial. Apesar de destacar diferentes possibilidades de regime acadêmico, o mais adotado deles é o sistema de créditos com matrícula por componente curricular ou por módulos acadêmicos, nos quais podem ser estipulados pré-requisitos. A normativa não fixa percentuais para disciplinas optativas ou livres, mas estabelece que o estágio curricular supervisionado, de natureza obrigatória, e as atividades complementares não devem ultrapassar 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Apesar dessa proposta incentivar a flexibilidade curricular, os escassos quadros docentes das universidades públicas e a necessidade de priorizar componentes obrigatórios fazem com que, na prática, a oferta de disciplinas eletivas e optativas seja bem restrita. Ainda que nos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) estejam elencadas longas listas desse tipo de componente, a realidade se apresenta bem diferente, com poucas opções que não dão margem de escolha aos estudantes.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Em cenários como esse, as iniciativas costumam partir do interesse dos docentes por determinadas especialidades ou associadas a pesquisas e estudos que desenvolve.

O presente trabalho pretende discutir o lugar das disciplinas eletivas/optativas nos PPCs de Jornalismo e em que medida elas representam um espaço de atualização e inovação curricular que contribua para a formação crítica, técnica e identitária dos egressos, considerando as exigências contemporâneas e profissionais. O objetivo consiste em analisar práticas de ofertas na graduação em Jornalismo de disciplinas eletivas vinculadas à pesquisa e extensão, bem como seu potencial para a renovação curricular e a diversificação da formação universitária.

Para isso, parte-se da compreensão do currículo como construção social e política, que envolve tanto uma dimensão prescritiva em relação ao conhecimento, portanto, espaço de disputa, quanto uma dimensão intersubjetiva dos sujeitos que se estabelece a partir das relações entre eles e com as realidades ao seu redor. Examina-se, na sequência, o lugar que as disciplinas optativas ocupam nas diretrizes curriculares e nos PPCs de Jornalismo de universidades públicas localizadas em capitais do Nordeste, apontando alguns desafios para sua implementação. Por fim, analisa-se a oferta de disciplinas optativas ao longo dos últimos seis anos no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), averiguando em que medida, mesmo sem a atualização do PPC, propostas vinculadas a projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes contribuem para a renovação curricular e a diversificação da formação. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa que recorre à triangulação metodológica por meio de procedimentos como revisão bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso.

2. O currículo como território de disputa

Os currículos representam, segundo Apple (1997), o conhecimento considerado legítimo. Isso não significa, porém, uma redução simplista em torno da



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



compreensão de que as instituições educativas reproduzem social e culturalmente a ideologia hegemônica. Ao mesmo tempo em que afirma que nenhum currículo é neutro, o sociólogo estadunidense reconhece que ele é um território de contradições e conflitos, no qual tanto grupos poderosos quanto movimentos sociais agem em busca de tornar um determinado tipo de conhecimento legítimo, tornando outros, conseqüentemente, ilegítimos ou inferiores.

As políticas do conhecimento oficial são o resultado de acordos ou compromissos. Elas não são usualmente impostas, mas representam os modos pelos quais os grupos dominantes tentam criar situações nas quais os compromissos que são estabelecidos os favorecem. [...] Aqueles que dominam quase sempre têm mais poder para definir o que se considera como uma necessidade ou um problema e qual deveria ser uma resposta mais apropriada a ele. Mas estes compromissos não são estáveis. Eles quase sempre deixam ou criam espaços para uma ação mais democrática (Apple, 1997, 24).

As críticas formuladas ao currículo e seu papel ideológico consideram as relações estruturais entre educação, economia e cultura, mas também a mediação humana marcada por resistências e enfrentamentos. Apesar de reconhecer a existência de uma coalizão conservadora na atualidade, que domina o discurso político sobre educação em torno de questões como raça, gênero, classe, religião e sexualidade, do mesmo modo que o envolvimento empresarial direciona a educação para o mercado e o lucro, o sociólogo argumenta que seus resultados são contraditórios e permitem alguma margem para a atuação contrária. Na visão de Apple (1997, p. 210), o currículo é “um ambiente simbólico, material e humano que é constantemente reconstruído. Esse processo de planejamento envolve não apenas o técnico, mas o estético, o ético e o político, se quisermos que ele responda plenamente tanto ao nível pessoal quanto social”.

Nos currículos dos cursos de Jornalismo no Brasil essa disputa foi historicamente sentida, como pontua o Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação para apontar Diretrizes Curriculares



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Nacionais (BRASIL, 2013). Os especialistas destacam como, no contexto da ditadura militar, o país adotou o modelo de ensino da Comunicação Social que propunha substituir profissões como jornalista, publicitário e relações-públicas, pela profissão de Comunicador Polivalente. A justificativa utilizada, à época, foi uma recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que considerava desnecessário ao Terceiro Mundo um jornalismo tal qual existia nas sociedades ditas desenvolvidas.

A imposição do Curso de Comunicação Social de modelo único, em substituição ao Curso de Jornalismo, teve consequências prejudiciais para a formação universitária da profissão. Ocorre o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional (BRASIL, 2013).

Para além das disputas em torno da regulação do conhecimento, isto é, da seleção dos conteúdos que devem ser transmitidos às novas gerações em vista do desenvolvimento de competências e habilidades direcionadas ao ser e fazer humanos, é preciso considerar as relações que emergem no processo de aprendizagem entre os sujeitos e destes com o mundo. Nesse sentido, Goodson (1999) considera o currículo como uma construção social que opera não só no nível prescritivo, como também no nível de processo e prática, revelando saberes e fazeres da ação docente.

A dimensão intersubjetiva desse lugar (material e simbólico) no qual docentes e discentes buscam, para além das naturalizações, compreender os significados da vida, pressupõe a experiência pedagógica, a ação didática de mediação, a correção e o estímulo ao processo de aprendizagem, tornando-se difícil separá-la de uma dimensão prescritiva, voltada para os conteúdos.

Para que esse encontro [entre sujeitos] seja frutífero, o conteúdo tem de ser significativo, relevante e desafiador, características que têm maior probabilidade de estar presentes se o encontro também tiver sido adequadamente mediado e se for motivador. Do contato ou encontro entre o sujeito e o conteúdo, pode-se esperar e desejar que o sujeito desenvolva determinados processos que podem ser denominados de diferentes maneiras e valorizados desigualmente conforme sua importância, sua densidade ou



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



segundo nossas visões particulares sobre o que é desejável e possível; ou seja, de acordo com a orientação educativa que tivermos (Sacristán, 2013, p. 30).

Nessa perspectiva, o currículo ultrapassa a simples normatividade para incluir os processos em torno de sua prática. Para além de um núcleo duro de conhecimento de cada área que deve ser ressignificado na relação entre professor e aluno, a educação envolve, como propõe Paulo Freire (1967), a relação do homem com a realidade, pois ele mesmo é resultado dela à medida que a cria e recria, dominando, humanizando e acrescentando algo a ela. Segundo Freire (1967, p. 43), é “o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade”.

A flexibilidade normativa dada pelo Ministério da Educação para que cada IES possa definir seus respectivos currículos a partir de PPCs aprovados de acordo com diretrizes específicas para cada curso parece representar uma tentativa de considerar essa dimensão dialógica freireana. O Parecer Nº 776/97 do CNE, que orienta sobre a criação de diretrizes curriculares dos cursos de graduação, assegura que as IES possuem ampla liberdade para organização de unidades de estudos necessárias à integralização dos currículos e incentivam a criação variados tipos de formação e habilitações em um mesmo programa. Encorajam, ainda, que sejam reconhecidos saberes, habilidades e competências relevantes para a área de formação, ainda que adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive a partir da experiência profissional. Se, por um lado, o relatório rejeita diretrizes curriculares baseadas na mera transmissão de conhecimento e informações, por outro ele também evidencia as influências de ordem socioeconômica em disputa, ao orientar que a formação deve preparar “o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional” (BRASIL, 1997). Essa tensão clássica entre teoria e prática fica ainda mais evidente em contextos



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22, 23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



regionais e locais, nos quais as unidades curriculares são pensadas considerando as forças e oportunidades para acesso ao mercado de trabalho.

3. As disciplinas eletivas e/ou optativas e os currículos de jornalismo

Uma das formas encontradas para tornar o currículo dos cursos de graduação mais flexível e atender à “crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos” (BRASIL, 1997) consiste em destinar parte da carga horária necessária para integralização do curso a componentes eletivos ou optativos. Como as IES possuem autonomia para essa organização, não existe uma uniformidade quanto ao uso do termo eletivo ou optativo. Algumas compreendem os termos como sinônimos – a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) utiliza disciplinas optativas, enquanto a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) as denomina disciplinas eletivas – enquanto outras as distinguem - a Universidade Federal da Bahia (UFBA) adota as duas terminologias, e considera como eletivas as disciplinas ligadas ao próprio cursos, ao passo que as optativas são aquelas oferecidas pelos demais departamentos da instituição.

Celso Frauches (2012) explica que as disciplinas eletivas e optativas são produto da Reforma Universitária de 1968, que introduziu o regime de matrícula por disciplina, em substituição ao regime seriado. Na visão do consultor, nas disciplinas optativas o aluno opta por uma ou mais disciplinas discriminadas no PPC e oferecidas com regularidade a fim de cumprir determinado número de créditos ou de carga horária. Como estão associadas à área de formação escolhida, representam uma forma de aprofundamento em determinado campo de estudo, direcionando sua formação para uma subárea ou temática específica. As disciplinas eletivas, por sua vez, seriam aquelas escolhidas livremente pelo estudante no leque de disciplinas dos demais cursos da IES. Elas não estão incluídas entre as optativas, podendo, inclusive, não ter relação evidente com a formação profissional pretendida. Em ambos os casos,



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



o objetivo é permitir processos formativos mais personalizados segundo os interesses profissionais, acadêmicos e de vida dos estudantes.

Não há, contudo, nenhuma norma legal, após a edição da atual lei de diretrizes e bases da educação nacional, a LDB – Lei nº 9.394, de 1996 – que defina claramente a diferença entre disciplina optativa e eletiva. Cabe ao PPC fazer essa definição e estabelecer o rol de disciplinas optativas e eletivas do curso, quando houver. Cada IES deve usar a sua autonomia didático-pedagógica para a definição do seu regime de matrícula, do sistema de controle de integralização curricular e da matriz curricular de seus cursos de graduação, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e as leis específicas para determinadas disciplinas, como no caso da Lei nº 10.436, de 2002, em relação a Libras (Frauches, 2012, s/p).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo (BRASIL, 2013) não há referência explícita a disciplinas eletivas ou optativas. As orientações quanto ao modo de estruturação curricular centram-se nas competências que devem ser perseguidas equitativamente em torno de seis eixos (fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial), dando ampla liberdade para que as IES, segundo seus objetivos pedagógicos, possam selecionar, propor, denominar e ordenar disciplinas a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontadas pelas diretrizes.

Como o sistema de créditos por componente curricular não é o único possível de ser adotado por uma IES, as disciplinas eletivas ou optativas tendem a entrar no rol de atividades complementares, isto é, “componentes curriculares não obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, dentre elas as adquiridas fora do ambiente de ensino” (BRASIL, 2013). A Resolução ressalta a utilidade e o potencial desses componentes, que também visam dar flexibilidade ao currículo, permitindo ao estudante selecioná-los segundo seu interesse e mediante a aprovação da coordenação do curso. Considerando que se espera do profissional de jornalismo uma formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capaz de dialogar com uma sociedade



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



plural e em transformação, o espaço proporcionado pelas disciplinas eletivas ou optativas costuma ser visto como fundamental para o cumprimento dessa meta.

Os PPCs de Jornalismo costumam distinguir as atividades complementares de disciplinas eletivas ou optativas, ainda que assegurem lugar para estas. Nos PPCs mais atualizados de universidades públicas localizados em capitais do Nordeste² os componentes curriculares eletivos ou optativos são incentivados, reservando-se cargas horárias que variam entre 120 a 896 horas, propiciando maior flexibilidade formativa. Em alguns casos, como da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), prevê-se que, do segundo ao sétimo período, seja incluída na grade horária uma disciplina optativa por semestre, e o oitavo período seja integralmente composto por esse tipo de componente curricular.

As disciplinas optativas elencadas nos PPCs também apresentam variação, apresentando-se o mínimo de 19 componentes, caso da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e o máximo de 111 opções, caso da UFBA. O PPC de Jornalismo desta última, o mais atualizado dentre aqueles que compuseram o levantamento desta pesquisa, reafirma a importância das unidades optativas para a autonomia dos estudantes em seu percurso formativo, prevendo também que seja cursada ao menos uma dessas disciplinas por semestre letivo, de modo a aprofundar múltiplas áreas de interesse. O documento argumenta, ainda, que as optativas permitem a flexibilidade curricular sem maiores dificuldades, adequando-se às demandas de especializações e possibilitando a atualização continuada e ágil de conteúdos.

Os componentes curriculares obrigatórios, os optativos e os livres estão distribuídos de modo a permitir que o discente organize seu próprio percurso formativo com independência e flexibilidade. Por um lado, as atividades obrigatórias se resumem ao essencial para a formação do jornalista, por outro, os componentes livres e optativos, ampliados e ofertados por diversas Unidades da UFBA, pretendem tornar os estudantes mais responsáveis pela construção do próprio currículo/curso a ser

²Apesar dos cursos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) não terem atualizado o PPC após as Diretrizes Curriculares de 2013, mantêm disciplinas eletivas ou optativas na grade curricular.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



realizado. Desse modo, reflete-se sobre a participação dos estudantes não apenas em componentes curriculares e atividades na Faculdade de Comunicação, mas também como membros da Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2021, p. 31).

O PPC da Universidade Federal do Ceará (UFC), incentiva que, para manter o vínculo de egressos com o curso e uma relação com o mercado de trabalho, os profissionais formados pela universidade possam mediar disciplinas optativas na condição de colaboradores, recebendo certificação específica pela contribuição.

Como o currículo não se reduz apenas ao que está prescrito, há que se considerar, sobretudo no contexto das universidades públicas, os desafios enfrentados para sua realização. Uma primeira questão refere-se à condição secundária das disciplinas eletivas e optativas, quando postas ao lado das disciplinas obrigatórias. Essa questão se torna perceptível sobretudo quando da atribuição de carga horária docente no processo de organização da grade curricular.

Nem todas as disciplinas optativas elencadas nos PPCs possuem professor com afinidade na área ou interesse na temática. Mesmo quando existe, a disponibilidade para ministrá-la mostra-se limitada, pois as disciplinas obrigatórias e as atividades de pesquisa e extensão costumam ser prioridade. Em razão disso, ocorre das optativas (do próprio curso) ofertadas serem mínimas e não permitirem ao estudante trilhar um percurso formativo personalizado porque, no fim das contas, não há o que optar. Acabam cursando as disciplinas disponibilizadas para integralizar o curso, de modo que, na prática, funcionam como obrigatórias. Uma das alternativas encontradas pelas coordenações, mesmo reconhecendo a limitação quanto a especialização da própria área, têm sido incentivar o ingresso em disciplinas de outros cursos, fortalecendo a interdisciplinaridade.

Outro desafio enfrentado pelos estudantes se refere a compatibilidade de horários dos componentes optativos. Muitas vezes ocorre de uma disciplina optativa ser ofertada em dia de disciplina obrigatória, impedindo aos que desejam cursá-la de



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



matricular-se. Nesse sentido, as coordenações de cursos têm procurado estabelecer um ou dois dias para alocar todas as disciplinas optativas, ou em horários ao início ou final dos turnos, que nem sempre são os mais convidativos, pois exigem do estudante um esforço diferenciado se comparado aos componentes obrigatórios.

3. Pesquisa e extensão associadas a disciplinas eletivas de jornalismo

Ainda que o PPC do Bacharelado em Jornalismo da UFPE³ não tenha sido atualizado segundo as Diretrizes Curriculares de 2013, o site institucional do curso disponibiliza o Perfil Curricular com as ementas das disciplinas em vigor. Comparando a lista das disciplinas com a prática recorrente de oferta desses componentes ao longo dos últimos semestres letivos (obtida através da grade horária disponibilizada no perfil do Departamento de Comunicação - DECOM/UFPE), foi possível verificar uma grande diferença. O currículo do curso (UFPE, 2013) elenca 68 componentes eletivos, mas um levantamento na oferta dos últimos seis anos (Tabela 1) revela não só uma diversidade de outras disciplinas eletivas como também a vinculação de muitas delas aos projetos de pesquisas desenvolvidos pelos docentes na pós-graduação, ministradas em regime de estágio docência.

³Uma nova versão do PPC está em fase de finalização, prevendo tanto as adaptações recomendadas pela Resolução 01/2013, assim como a inclusão das práticas de extensão no currículo.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Tabela 1 – Eletivas ofertadas pelo Curso de Jornalismo da UFPE (2020-2025)

ANO	Total de Eletivas ofertadas	Eletivas propostas e ministradas somente por professores do curso	Eletivas proposta e ministradas em regime de estágio docência
2020	13	3	10
2021	12	5	7
2022	9	2	7
2023	6	4	2
2024	12	5	7
2025	8	5	3
TOTAL	60	24 (40%)	36 (60%)

Fonte: DCOM/UFPE

Destaca-se o quantitativo de disciplinas ministradas em regime de estágio docência com o auxílio de mestrandos e doutorandos, que equivalem a 60% delas. As especificidades dessa vinculação aos projetos de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE (PPGCOM/UFPE) ficam evidentes pelo próprio nome do componente eletivo, conforme elencado na Tabela 2. Disciplinas não vinculadas à pós-graduação também apontam para particularizações de estudos que não estão incluídos no Perfil Curricular, como é o caso de Escrita Criativa, Estratégias de Humor no Jornalismo, Cultivando Equilíbrio Emocional, Comunicação Esportiva, Evangélicos e Políticas, Jornalismo, História e Memória e Laboratório de Jornalismo - Verdade e Memória.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Tabela 2 – Disciplinas Eletivas ofertadas pelo Curso de Jornalismo associadas às linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Comunicação (2020-2025)

Comunicação, linguagens e processos sociopolíticos	Estéticas e culturas da imagem e do som
Jornalismo Imersivo Processos de Roteirização em Jornalismo Curadoria de Notícias Comunicação e Acessibilidade Comunicação e Mídias Digitais Planejamento Jornalístico com Dispositivos Móveis Ombudsman no Jornalismo Jornalismo e Inteligência Artificial Jornalismo investigativo e de profundidade - método, técnicas e linguagens Pós-verdade, Subjetividade e Tecnocapitalismo Comunicação e Sociabilidades	Tecnologias da Música Afrodiaspórica Comunicação e Música Afro-brasileira Música e Políticas dos Corpos Raça, Gênero e Sexualidade na Música Pop Laboratório de Produção Jornalística em Cultura Pop A Construção do Futuro nas Imagens Contemporâneas Fotografia de Atualidade, Plataformização e Inteligência Artificial

Fonte: DCOM/UFPE

Para ilustrar como as disciplinas eletivas se vinculam à pós-graduação destacamos o caso do componente Processos de Roteirização em Jornalismo, ministrado ao longo do semestre 2020.2, como parte do projeto de pesquisa aplicada desenvolvido em doutorado acadêmico:

A disciplina Processos de Roteirização em Jornalismo (CO1013), do Curso de Jornalismo da UFPE, foi organizada tendo como objetivo “capacitar os estudantes para elaborar roteiros de produtos jornalísticos, especialmente aqueles voltados para multiplataformas”. Por estar atrelada à pesquisa, o conteúdo programático do componente eletivo voltava-se quase que exclusivamente para a compreensão das produções transmídia e do seu processo de roteirização no jornalismo. Apesar de estar inserida na grade do 4º período do Curso, o horário das aulas às sextas-feiras, das 17h às 19h, favorecia a participação de estudantes de outros períodos, formando uma turma composta de 18 (dezoito) discentes (Macedo, 2024, p. 141).



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Além de detalhar, na tese, as atividades didáticas e processos pedagógicos realizadas, sobretudo aqueles que se constituíram a experimentação de um método para roteirização de reportagens especiais transmídia, são apresentados os trabalhos (roteiros) produzidos pelos estudantes e descritos os resultados de uma avaliação realizada por estes⁴. Apesar do enfoque do questionário aplicado no formato Google Forms centrar-se sobre a utilização do método de roteirização, objeto da pesquisa, traça-se também um breve perfil dos discentes da disciplina, que evidencia a integração entre estudantes de diferentes períodos em torno de uma temática. No caso específico, mais da metade (10 alunos) eram do segundo e quarto períodos, enquanto os demais se alternavam entre o sexto, oitavo e nono período. Além de destacarem o processo de conhecimento promovido pela disciplina, os discentes puderam oferecer sugestões ao desenvolvimento do método, de modo que os comentários, experiências e vivências em sala de aula subsidiaram o refinamento da investigação e contribuíram para os resultados.

A universidade pública, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mostrou-se o espaço mais adequado para a testagem desse método por envolver a própria comunidade acadêmica. No dizer de Paulo Freire (1983), uma “comunicação” que requer a colaboração dos estudantes para pensar práticas que, posteriormente, serão devolvidas à sociedade, seja através das produções dos futuros jornalistas no exercício de sua profissão, seja para o próprio ensino de jornalismo transmídia (Macedo, 2024, p. 138).

Esse intercâmbio entre pesquisa e ensino concretizado pela oferta de disciplinas eletivas na graduação em regime de estágio docência com pós-graduandos convertem-se em verdadeiros laboratórios de inovação científica e pedagógica, inclusive suprimindo uma necessidade pouco discutida em torno da formação docente em jornalismo. Nos componentes eletivos, há uma maior autonomia para propor planos de ensino, assim como ensaiar metodologias e processo de avaliação, inclusive

⁴ A aplicação do método foi feita após a submissão do projeto ao Comitê de Ética da referida universidade e a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os discentes.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



incentivando a experimentação de formatos e linguagens. Em relação ao currículo, a oferta de componentes associados a pesquisas promovem sua atualização, fomentando discussões em torno de práticas e temáticas emergentes no campo da comunicação, como já foi elencado.

Em relação aos componentes eletivos ministrados exclusivamente pelos professores efetivos da UFPE, nota-se afinidades e singularidades que tanto podem estar associadas a linhas de pesquisas não vinculadas à pós-graduação, como também a projetos de extensão. Um desses casos é o da disciplina Laboratório de Jornalismo - Verdade e Memória, ministrada no semestre 2025.2 e proposto pela professora Yvana Fechine a partir de sua participação na Comissão da Verdade, Memória e Reparação da UFPE (CVMR/UFPE) sobre a ditadura de 1964. Ela integrava a comissão como representante da Rádio Paulo Freire, rádio-escola universitária de perspectiva extensionista.

Tomando como referência a discussão do papel do jornalismo na construção da memória política do Brasil, a proposta da disciplina é realizar uma produção jornalística, de caráter laboratorial e experimental, a partir do trabalho da Comissão da Verdade, Memória e Reparação da UFPE sobre a Ditadura de 1964, criada em junho de 2025. Como o nome indica, a proposta da Comissão é levantar os nomes dos professores, estudantes e técnicos da antiga Universidade do Recife, atual UFPE, que sofreram perseguições políticas no período em que o Brasil viveu sob uma Ditadura Militar. Com a colaboração de membros da Comissão, o trabalho deste laboratório de jornalismo será divulgar os resultados desse trabalho de investigação histórica em produtos midiáticos (UFPE, 2025).

Cursaram a disciplina 14 estudantes, um terço deles do curso de jornalismo e os demais de graduações como Publicidade e Propaganda, Ciência Política, Cinema e Audiovisual, Estudos de Mídia, Biblioteconomia e Serviço Social, favorecendo as discussões interdisciplinares em torno da temática e da linguagem audiovisual jornalística. Dentre as atividades promovidas para atingir os objetivos do componente eletivo, foram realizadas aulas expositivas com apresentação de produtos jornalísticos de memória e também do trabalho e materiais recolhidos pela



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



CVMR/UFPE, além da participação no Seminário Memória do Audiovisual Popular, onde ocorreu o lançamento do Repositório do Vídeo Popular, plataforma de pesquisa criada para dar acesso a vídeos e informações técnicas e históricas, e ainda numa palestra com integrantes de comitês e comissões de verdade e memória, ambos os eventos realizados no campus da própria universidade.

Para a produção dos vídeos foram indicadas fontes de pesquisa como a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, o site Documentos Revelados, criado para facilitar e popularizar o acesso a documentos do período da ditadura, e acervos em vídeo da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara. Sob orientação da docente, foram realizadas encontros para planejar a produção e edição de vídeos de perfis de estudantes da Universidade do Recife/UFPE mortos pela Ditadura Militar, contando com o suporte técnico do Laboratório da Imagem e do Som (LIS), do DECOM/UFPE. Ao final, durante uma avaliação geral da disciplina, uma das estudantes comentou:

Como estudante de serviço social, eu achei os vídeos muito interessantes. Eu não tinha nenhuma proximidade com produção de vídeo e os meninos foram super pacientes comigo. Eu sempre dizendo: gente, o que é que eu faço?, me digam o que tem que fazer! (...) Então, foi um trabalho muito interessante a gente reconstruir essa história. E também mostrar esse lado tão perverso da ditadura frente a esse avanço (...) de jovens de direita que apoiam a volta da ditadura. (...) Eu amei pesquisar. Inclusive, eu estou fazendo uma investigação de uma outra coisa com uma amiga minha, inspiradas nisso. (...) Eu mostrei como os meninos construíram o roteiro, e aí, a gente foi fazendo uma linha do tempo de uma história (...) trazer vários dados e várias coisas (...) relacionando com os fatos. Já estou colhendo os frutos (AVALIAÇÃO, 2025)⁵.

Foram produzidos 4 vídeos, cada um de 3 min de duração, sobre a memória da atuação e o assassinato de Miriam Lopes Verbena e Ezequias Bezerra, Ranússia Alves, Rui Frazão e Umberto Câmara Neto. As produções foram veiculados na TV

⁵ A gravação da avaliação foi realizada mediante prévio consentimento dos discentes, assegurando-se o anonimato de suas identidades, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Universitária Recife, emissora vinculada à UFPE. Dos relatos gravados pela docente como parte da avaliação geral da disciplina, nota-se como os estudantes perceberam, na prática, o papel que a imprensa exerce no contexto de um regime ditatorial, assim como as narrativas que cada veículo da época apresentava, sempre fazendo relação dessas memórias com as atuais ameaças à democracia.

Os estudantes também destacaram a relevância do trabalho de investigação das comissões da verdade e a importância de traduzir seus relatórios para fazer chegar ao grande público como produtos midiáticos. Envolver as novas gerações na produção de narrativas humanizadas sobre essas temáticas também foi outro ponto de destaque, pois quase sempre as vidas torturadas e assassinadas são reduzidas a números ou nomes. Nesse sentido, alguns discentes ressaltaram a função social da disciplina ao se propor romper o ciclo de esquecimento e fazer com que a sociedade tenha acesso à memória de estudantes mortos durante a ditadura de modo pedagógico, sensível e acessível, em linguagem audiovisual.

A experiência demonstra como disciplinas eletivas vinculadas a outras atividades docentes, como a extensão universitária, podem apoiar e incentivar a popularização de questões de interesse social, fomentando também a prática extensionista e contribuindo com sua integração curricular. Nelas podem ser associadas tanto carga horária de atividades de campo, como a participação em eventos ou de trabalhos práticos, a exemplo de oficinas ou produções comunitárias. A realização de parcerias entre departamentos e setores da própria universidade, com movimentos sociais, instituições e veículos de comunicação que trabalham na perspectiva da garantia dos direitos humanos também são pontos a serem ressaltados, sobretudo em vista de ampliar o alcance das ações desenvolvidas.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do estudante de jornalismo tem se tornado cada vez mais exigente no contexto de rápidas transformações sociais e profissionais, requerendo práticas de atualização curricular. As disciplinas eletivas ou optativas apresentam-se como uma das formas apontadas nos PPCs para tornar os currículos mais flexíveis e promover maior heterogeneidade na formação, mas as realidades da educação superior impõem desafios que impactam na pouca oferta desses componentes, muitas vezes colocados em segundo plano diante da necessidade dos docentes assumirem as disciplinas obrigatórias.

Sem comprometer a formação generalista intelectual, as práticas de associar componentes curriculares eletivos a projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes têm incentivado a oferta de disciplinas eletivas na UFPE, contribuindo para trajetórias formativas mais singulares, centradas em questões teóricas e técnicas demandadas pelo próprio campo, ora aprofundando áreas do jornalismo científico, político, cultural, esportivo, ambiental, de dados etc., ora se debruçando sobre questões transversais como antirracismo, desinformação, inteligência artificial e o uso político das narrativas imagéticas e sonoras na contemporaneidade, por exemplo. Por mais que estas temáticas possam (e devam) ser debatidas em disciplinas do núcleo obrigatório, seus programas de ensino não oferecem o espaço para o aprofundamento especializado como ocorre nas disciplinas eletivas, que se centram sobre uma determinada questão para analisá-la sob diferentes aspectos.

Essas práticas dialogam com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Jornalismo estabelecidas pelo Ministério da Educação quando propõe uma formação que conduza a uma atuação profissional do jornalista como “produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados” (BRASIL, 2013). A



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



vinculação à pesquisa e à extensão, no entanto, não pode se constituir justificativa para a manutenção de quadros docentes universidades restritos, muito menos para a dispensa um amplo e recorrente debate acerca dos interesses sociais, profissionais e das realidades discentes, mutáveis a cada nova entrada de estudantes, sugerindo processos de escuta e discussão que resultem em componentes eletivos significativos para uma formação interdisciplinar, em consonância com a própria natureza do campo jornalístico.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Conhecimento oficial**. A educação democrática numa era conservadora. Petrópolis-RJ, Vozes, 1997.

AVALIAÇÃO da turma da disciplina Laboratório de Jornalismo - Verdade e Memória. Recife, Yvana Fechine, 2025. Transcrição de áudio.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 39/2013**, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Brasília-DF, 20 fev. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/pces039_13.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 776/97**, Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília-DF, 3 dez. 1997. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ces/1997/pces776_97.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 1/2013**, Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília-DF, 1 out. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/rces001_13.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/1996). Brasília-DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 8 mar. 2026.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



FAUCHES, C. **Disciplinas eletivas e optativas: como classificá-las**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://abmes.org.br/colunas/detalhe/680/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior>>. Acesso em: 11 mar. 2026.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1967.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

MACEDO, M. C. **A reportagem especial transmídia: uma proposta de roteirização**. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, J. G. (org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Editora Grupo A, 2013, p. 16-35.

UFAL. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo Bacharelado**. Maceió-AL, Ago. 2014. Disponível em: <<https://ichca.ufal.br/pt-br/graduacao/jornalismo/documentos/projeto-pedagogico-de-jornalismo>>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UFBA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Jornalismo**. Salvador-BA, 2021. Disponível em: <[https://facom.ufba.br/portal/upload/arquivos/PROJETO%20PEDAGOGICO%20JORNALISMO_FINAL_2022%20\(1\).pdf](https://facom.ufba.br/portal/upload/arquivos/PROJETO%20PEDAGOGICO%20JORNALISMO_FINAL_2022%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UFC. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. Fortaleza-CE, 2019. Disponível em: <https://jornalismo.ufc.br/files/ugd/820f15_fb21984590e34617bcfa0f577a75ac31.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UFPB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de graduação em Jornalismo**. João Pessoa, abr. 2016. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020047005d57c21411900b81a806e969/Resoluo_N_41_2016.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2026.

UFPE. Centro de Artes e Comunicação. **Laboratório de jornalismo verdade e memória**: ementa. Recife, 2025. Disponível em: <https://sigaa.ufpe.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf>. Acesso em: 13 mar. 2026.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



UFPE. **Curso Jornalismo - Relatório Perfil Curricular.** Disponível em:
<https://www.ufpe.br/documents/39183/0/jornalismo_perfil_9605.pdf/2f5feaae-a202-47ca-80f2-19dac102e67a>. Acesso em: 11 mar. 2026.

UFPI. **Resolução n. 233/18.** Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo. Teresina-PI, 11 out. 2018. Disponível em:
<<https://www.ufpi.br/images/Documentos%20CDAC/PPC%20JORNALISMO%202018.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UFRN. **Resolução n. 233/18.** Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo. Teresina-PI, 11 out. 2018. Disponível em:
<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=118835329>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UFS. **Resolução n. 15/2017/CONEPE.** Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Jornalismo e dá outras providências. Disponível em:
<https://jornalismo.ufs.br/uploads/page_attach/path/7179/0152017_-_Jornalismo_-_Projeto.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.